



A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS E PRÁTICAS DE EXTENSÃO NO INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS

Arthur Melillo Ramos⁽¹⁾, Antonio Marcos Vieira Costa ⁽²⁾, Leticia da Silva Bastos⁽³⁾

⁽¹⁾Técnico em Administração - Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) - *Campus* Ouro Branco.

⁽²⁾Professor pesquisador - IFMG - *Campus* Ouro Branco.

⁽²⁾Professora orientadora - IFMG - *Campus* Ouro Branco.

RESUMO

Os Institutos Federais se fundamentam nos princípios do tripé Ensino, Pesquisa e Extensão, em que Extensão representa um ideal transformador que objetiva uma mudança social, ao expandir a dimensão universitária à comunidade externa. O projeto de pesquisa analisa a materialização dos projetos extensionistas no âmbito do IFMG Campus Ouro Branco. Com uma metodologia de pesquisa quali-quantitativa, estruturada a partir de levantamento documental e entrevistas, o projeto propôs analisar a efetividade das ações extensionistas de transformação social, para além da formalidade dessa finalidade institucional, no intuito de contribuir para a revisão de políticas extensionistas locais, através de uma Extensão produtora de impacto social eficaz para os desafios contemporâneos.

Palavras-chave: Ensino. Extensão. Instituto Federal. Educação.

1. INTRODUÇÃO

Acredita-se, conforme Helpes (informação verbal)¹, que o tripé ensino, pesquisa e extensão possui notório papel na formação humana e crítica dos estudantes e, por meio dos produtos desses eixos de atuação institucional, é possível associar o ambiente acadêmico e a comunidade regional, através das contribuições tecnológicas, científicas, artísticas e culturais dos projetos extensionistas.

Deste modo, o presente projeto de pesquisa, elaborado e executado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG) *Campus* Ouro Branco, busca responder à seguinte pergunta: quais são as contribuições e qual a relevância, nessa instituição e na região de Ouro Branco, da proposta e da aplicação das políticas extensionistas?

¹ Fala da prof.^a Dr.^a Sintia Soares Helpes na palestra “A extensão no IFMG campus Conselheiro Lafaiete”.



Comumente, encontram-se dificuldades de se aplicar concretamente e em sua amplitude os fundamentos estabelecidos em toda documentação regimental e filosofia-metodológica do Instituto, o que pode prejudicar as atividades de extensão. Sob essa ótica, Oliveira et. al. (2020, p. 42) pressupõe que, habitualmente, esses desafios de somar Ensino, Pesquisa e Extensão impedem a interação dos campi com suas respectivas regiões e a concretude de uma formação humana omnilateral.

Por essa razão, conduziu-se uma investigação teórica e prática, no universo amostral do Ensino Médio Integrado do IFMG - *Campus* Ouro Branco, entre os meses de setembro de 2023 e de janeiro de 2024, que analisou os produtos e resultados da Extensão do Instituto entre o período de 2019 a 2022. Realizamos, ademais, entrevistas com servidores do *campus*, na intenção de discutir suas perspectivas e entendimentos sobre a Extensão, que deve ser construída a partir da indissociabilidade do tripé universitário e do ensino integral, sob a ótica marxista de integralidade e do princípio da omnilateralidade.

Para isso, o projeto teve como fonte de dados uma série de perguntas aos servidores do *campus*, que foram capazes de fazer uma análise interpretativa e qualitativa sobre espectros múltiplos da Extensão e dos entendimentos daqueles que as realizaram ou realizam. Os resultados ou produtos extensionistas, ademais, puderam ser obtidos através da Lei de Acesso à Informação e, com isso, se desenvolveu um estudo desses produtos, com objetivo de identificar suas contribuições com o desenvolvimento regional e/ou com o aprimoramento do indivíduo crítico e humanizado.

Diante dessa metodologia, respondeu-se a pergunta-problema sobre a concretude desse pilar tríade de sustentação do IFMG, compreendendo a práxis da Extensão: princípio filosófico, pedagógico e legal a que a instituição se submete. Destarte, com a obtenção dos resultados da pesquisa, será possível caminhar para o aprimoramento do atual modelo educacional do IFMG, ao identificar, ou não, possíveis falhas na materialidade deste projeto institucional revolucionário.

1.1. Delimitação do problema

Para alcançar os propósitos e resultados da pesquisa, seguindo a linha de raciocínio teórica e empírica, a investigação se expande para as seguintes indagações:



- a) O que se entende por Extensão e como se dão os projetos de extensão no IFMG *Campus* Ouro Branco, de forma prática, para além da teoria?
- b) Qual a relevância, no Instituto e na região de Ouro Branco, da aplicação do tripé ‘Ensino, Pesquisa e Extensão’, no que se refere às contribuições extensionistas no desenvolvimento regional e na integralidade do ensino?

Tais perguntas delimitam-se no universo amostral do *campus* Ouro Branco do IFMG, numa análise voltada, principalmente, aos servidores que atuaram na coordenação de projetos de extensão desenvolvidos no período de 2019 a 2022.

2. JUSTIFICATIVA

As ações de extensão são amparadas por um conjunto de leis e resoluções que a tratam como finalidade das instituições de ensino. Em suma, a Extensão representa um ideal transformador que objetiva uma mudança social, baseada na superação de desigualdade e na eliminação de ações reprodutoras do status quo. O projeto tem como foco, deste modo, compreender esse papel das práticas extensionistas do Instituto Federal (IF) no município de Ouro Branco e a visão que os servidores do *campus* têm sobre elas.

A literatura limitada e, geralmente, muito técnica sobre a Extensão ratifica a relevância do projeto, já que, popularmente, pouco se debate e entende acerca desse pilar institucional, num contexto em que os canais institucionais, tampouco, divulgam de forma eficiente as práticas extensionistas. O projeto, ao evidenciar, não apenas as variadas contribuições dessa ação no *Campus* Ouro Branco, mas também debater sua capacidade de contribuição social, permite uma análise aprofundada, nesse universo amostral, de uma temática relevante, mas ainda pouco discutida.

Nesse sentido, espera-se contribuir para a revisão de políticas institucionais, a fim de implementar melhores ações extensionistas. Além disso, almeja-se expandir a dimensão universitária à comunidade, possibilitando maior desenvolvimento regional, através de uma Extensão produtora de impacto social eficaz contra empecilhos contemporâneos.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para essa temática, é de suma importância datar a historicidade dos Institutos Federais e conceituar cada eixo do tripé universitário, assim como a indissociabilidade da tríade, com o

ênfase na extensão, tanto em sentido amplo, quanto na propriedade de suas contribuições no âmbito do IFMG. Dessa forma, esse projeto se valeu de diversos documentos jurídicos, amparado sobretudo na Lei nº 11.892/08, e em autores, como: Arantes (2023), Bianchini (2001), Freire (1996), Helpes (2023), Machado (2013), Marx e Engels (2004), Oliveira (2019), Pacheco (2010) e Ramos (2014).

3.1. História Dos Institutos Federais: Marco Revolucionário Da Educação

A educação profissional sempre possui uma relação forte com a economia (Oliveira et. al., 2020, p. 58). No Governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), devido a agenda econômica de industrialização, as Escolas Industriais e Técnicas tiveram seu status elevado para Escolas Técnicas Federais (ETECs), buscando o aumento da mão-de-obra qualificada. Conforme Bianchini (2001, p. 7), por meio da Lei de Diretrizes e Bases de 1961, ocorreu a ampliação da articulação entre os sistemas de ensino propedêuticos e profissionalizantes, pois equivalia os cursos técnicos ao ensino secundário, o que possibilita o acesso ao ensino superior pelos técnicos (Ramos, 2014, p. 26).

Uma das principais mudanças na História da Educação Profissional seria, ainda, a transformação de tais instituições em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), através da Lei no 6.545, de 30 de junho de 1978. A Constituição Federal de 1988 determina, ademais, a educação como dever do Estado. Nesse viés, a ampliação da Rede nos governos progressistas (informação verbal)², por meio da construção de ETECs em locais sem unidades e, por fim, da promulgação da Lei nº 11.892 que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IF).

Os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia são a síntese daquilo que de melhor a Rede Federal construiu ao longo de sua história e das políticas de educação profissional e tecnológica do governo federal. São caracterizados pela ousadia e inovação, necessárias a uma política é um conceito que buscam antecipar aqui e agora as bases de uma escola contemporânea do futuro e comprometida com uma sociedade radicalmente democrática e socialmente justa. (Pacheco, 2010, p. 10)

² Termo cunhado pela prof.^a Dr.^a Ana Kelly Arantes na palestra “Institutos Federais: aspectos históricos e nuances institucionais” do curso “Serviço Social na Educação: Contribuições para o Trabalho Profissional”; refere-se ao tempo de governo do Partido dos Trabalhadores de 2002 a 2016.

Em seus documentos fundantes (informação verbal)³, a proposta de criação dos Institutos Federais (IF's) enxergava a educação profissional como ferramenta de superação das desigualdades sociais, a partir de um ensino verticalizado, atento às necessidades regionais e alinhado à uma educação dialógica entre ambas as modalidades oferecidas pelos Institutos: profissional e básica (Oliveira et. al., 2020, p. 61). O Governo Lula (2002-2010), comprometido com os interesses sociais, trouxe, segundo Oliveira et. al. (2020), uma perspectiva de Educação Profissional, sob responsabilidade estatal, contrária aos ideais conservadores e voltada à formação humana omnilateral e emancipatória.

De acordo com Oliveira (2019) e Pacheco (2010), a instituição do IF constitui, no Brasil, um marco histórico da educação e um modelo institucional inovador em todo o mundo. Até então, a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) trabalhava em dualidade com a Educação Básica, isto é, por mais que instituídas em conjunto, eram tratadas separadamente. Os IFs, ao contrário, propõem a integração e articulação entre ciência, tecnologia, arte e trabalho, contribuindo, destarte, com a formação integral do aluno crítico e omnilateral (Oliveira et. al., 2020, p. 38). A educação integrada entre básico e profissional, bem como o tripé universitário, fixados na Lei n°. 11.892/08, caracterizam como objetivos e finalidades dos IFs:

I – ministrar Educação Profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos; [...]

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade; [...]

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos; (Brasil, 2008)

O Ensino Médio Integrado (EMI) fornecido pelos Institutos, portanto, se pauta, segundo Ramos (2021), recupera uma missão de formação humana, que integra os múltiplos conteúdos educacionais e produz uma síntese do diverso, promovendo a apropriação e a incorporação do conhecimento cultural, do trabalho e científico. Constitui-se um projeto de escola menos submetida ao capital e de superação do modelo dualista anterior, evidenciando a

³ Termo cunhado pelo prof.º Dr.º Pablo Menezes e Oliveira em referência à Lei n°. 11.892/08

construção educativa integral, conforme o Parecer nº 05/2011, baseado na singularidade entre as dimensões científico-tecnológico-cultural.

Além de oferecer uma educação propedêutica e profissional, de forma a produzir conhecimento, os IFs têm como objetivo promover o desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional, consoante com a Lei nº 11.892, assumindo o compromisso com processos intervencionistas e inclusivos em suas regiões (Pacheco, 2010). Dessa perspectiva que surge a necessidade de promover projetos baseados na indissociabilidade do tripé Ensino⁴, Pesquisa⁵ e Extensão⁶, pois:

A concepção de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) orienta os processos de formação com base nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos e do desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensões essenciais à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão. (Pacheco, 2010, p. 4)

Em suma, os IFs representam um modelo educacional mais inclusivo, libertador e relacionado à sociedade: é um marco em toda historicidade da EPT. A educação ofertada pelo Instituto possui, portanto, uma contribuição farta de leis e de estudiosos da área educação que o incorporam a ele o princípio, dentre outros, desse notório tripé universitário.

3.2. Ensino, Pesquisa e Extensão: Conceituação e Inter-Relação

O ensino integral, norma institucional, sob a perspectiva da omnilateralidade, constitui-se, para Ferreira JR e Bittar (2008), no desenvolvimento das potencialidades humanas do educando, isto é, numa educação humanista comprometida com a transformação social e com o pleno desenvolvimento do homem, que congrega ensino intelectual, físico e tecnológico. O conceito de omnilateralidade explorado pelo autor se origina em Marx e Engels, que, embora não tenham se dedicado à temática educacional, dão as bases de uma proposta educacional marxista (Silva, 2009). Neste sentido, o marxismo instrui os fundamentos da formação omnilateral:

⁴ Ensino corresponde às atividades voltadas ao aprendizado dos alunos, como aulas e monitoria.

⁵ Pesquisa é a aplicação do conhecimento aprendido, a fim de investigar fenômenos e traçar teorias.

⁶ Extensão constituem-se as ações que possibilitam troca de conhecimentos ou práticas, relacionando a comunidade e a universidade.

Por educação, entendemos três coisas:

- 1) Educação intelectual.
- 2) Educação corporal, tal como a que se consegue com exercícios de ginástica e militares.
- 3) Educação tecnológica, que recolhe os princípios gerais e de carácter científico de todo o processo de produção e, ao mesmo tempo, inicia as crianças e adolescentes no manejo de ferramentas elementares dos diversos ramos industriais. (Marx e Engels, 2004, p. 68)

A discussão do conceito marxista de formação omnilateral propõe a educação integral, onde a individualidade e as experiências subjetivas do aluno são postas em evidência, contrapondo-se ao ensino unilateral que se assemelha ao modelo de educação profissional e tecnológica (EPT) anterior à formação dos IFs. Por essa razão, a Lei n.º. 11.892/08 e o Parecer n.º 05/2011 instituem, não apenas o carácter emancipatório desse modelo educativo de EMI, como também a busca da ampliação da visão de mundo do discente, ao desenvolver sua criticidade, já que:

A concepção de Ensino Médio Integrado, assim, compreenderia o ser humano como produto das relações histórico-sociais e, nesses termos, a própria realidade. A formação humana e o processo de reprodução dessa realidade em cada ser, de modo que ele possa apreendê-la, criticá-la e transformá-la. O projeto político-pedagógico visa integrar as dimensões fundamentais da *práxis* social, trabalho, ciência e cultura na formação dos estudantes. (Ramos, 2017, p. 32)

Com base nesse viés, a educação, para Freire (1996, p. 110), é “uma forma de intervenção no mundo”. Por esse motivo, não se limita às salas de aula e trabalha as subjetivas do estudante consoante, também, à realidade externa à universidade, permitindo uma formação verdadeiramente crítica. Dessa maneira, Freire expõe a indissociabilidade entre ensino e pesquisa, pois:

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que-fazer-se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade. (Freire, 1996, p. 32)

A pesquisa possibilita ao educador ter o que estudar e, unida ao ensino, realizar a extensão. A extensão busca solidificar a relação instituição-sociedade, por meio de intervenções culturais, científicas e educativas nas regiões, já que se constitui numa interação dialógica, ou comunicação, entre comunidade e participantes das ações extensivas, agentes

transformadores que viabilizam, por exemplo, o acesso ao conhecimento produzido nas pesquisas universitárias (informação verbal) ⁷. A efetividade da extensão desenvolve a criticidade do aluno consciente da realidade externa. As políticas extensionistas, visando mudanças sociais, cumprem, conforme Machado (2013, p. 2) a função social da universidade.

Compreende-se que a relação universidade e sociedade é de suma relevância para ambas, na qual há uma produção de conhecimento crítico, reflexivo e comprometido com a realidade. Por isso, acredita-se que é fundamental discutir as finalidades e compromissos sociais da universidade, e que sua relação com a sociedade esteja concretizada como uma via de mão dupla, onde uma contribui com a outra. A Extensão Universitária é um espaço de integração da universidade com a sociedade, onde o conhecimento pode ser produzido na dialogicidade, independente do espaço, e que os saberes da comunidade devem ser valorizados e integrados aos conhecimentos científicos. (Machado, 2013, p. 2)

A extensão é, assim, uma troca de saberes entre comunidade e colégio e só se concretiza, ao exteriorizar o estudo universitário, pela efetividade do ensino e da pesquisa. Por sua vez, a pesquisa, que encontra razão fora do ambiente acadêmico, só se materializa por meio de um ensino reflexivo. Outrossim, o ensino só se faz valer quando é construído e aprimorado pela pesquisa, extrapolando os limites institucionais em práticas extensionistas. O tripé ensino, pesquisa e extensão representa, dessa maneira, uma inter-relação de contribuição mútua entre a escola e a sociedade.

3.3. VISÃO INSTITUCIONAL DAS PRÁTICAS DE EXTENSÃO

O principal organismo de estudo das práticas e das políticas extensionistas é o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX). Segundo o coordenador de Extensão do *campus* (informação verbal) ⁸, o encontro ocorrido em Manaus em 2012, serve de definição de todas as ações extensionistas do Instituto. Em suma, define-se a Extensão com base em cinco diretrizes: Impacto e transformação social, Impacto na formação do estudante, Interação dialógica, Interdisciplinaridade e interprofissionalidade e Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão (FORPROEX, 2012).

O Impacto e transformação social, segundo o FORPROEX (2012), corresponde ao desenvolvimento regional, à reconstrução da polis (da comunidade política) e, inclusive, à autotransformação universitária. Enquanto o Impacto na formação do estudante refere-se à

⁷ Fala da prof.^a Dr.^a Sintia Soares Helpes na palestra “A extensão no IFMG *campus* Conselheiro Lafaiete”.

⁸ Informação do prof.^o Dr.^o Rodrigo Barbosa Teixeira, Chefe da Seção de Extensão do *campus* Ouro Branco.

ampliação do universo de referência do discente, enriquecimento da experiência discente em termos teóricos e metodológicos, ao mesmo tempo que reafirma os compromissos éticos e solidários da Universidade Pública brasileira.

A Interação dialógica, consoante aos conceitos de Freire (1996) e Machado (2013), é, justamente, a troca de saberes comunidade-instituição, como ação de mão-dupla e de diálogo. A Interdisciplinaridade e a interprofissionalidade tem foco na construção de intervenções que reconheçam a complexidade da Extensão e seu caráter interinstitucional, fundada na inter-relação entre os indivíduos. A Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, enfim, direciona a formação de pessoas, a geração de conhecimento e a formação técnica e cidadã, verticalizando o conhecimento produzido, reproduzido e propagado pela universidade (FORPROEX, 2012).

3.4. Pandemia do Covid-19 e Educação nos Institutos Federais

No mês de dezembro de 2019, foi registrado, na China, o 1º caso de covid-19, no município de Wuhan. A doença, que mudou o cenário global e nacional, é definida pelo Ministério da Saúde (2021) como “uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global”.

O primeiro caso brasileiro de contaminação foi notificado em 25 de fevereiro de 2020 em São Paulo e, posteriormente, 12 de março deste ano, foi identificado o primeiro óbito em decorrência da enfermidade, no dia seguinte à declaração de pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Como reação imediata, diversas escolas suspenderam suas aulas por tempo indeterminado, o que se seguiu por quase dois anos.

O IFMG, em 18 de março, suspendeu todas as atividades presenciais, sejam aulas, encontros, viagens e reuniões, exceto aquelas de caráter urgente. A medida afetou a Reitoria, o Polo de Inovação e os 18 campi, atingindo mais de 17 mil alunos e cerca de 2 mil colaboradores, tanto efetivos quanto terceirizados (IFMG, 2020). Essa ação, que já estava em andamento desde o dia 11, também autorizou o trabalho remoto por parte dos servidores.

Em Ouro Branco, o *campus* do IFMG, assim como os demais, apenas anunciou a medida um dia antes, em 17 de março, através de um comunicado publicado no site institucional. No mesmo dia, a Prefeitura de Ouro Branco levou à público, também para o dia seguinte, a suspensão das aulas em todo o Sistema Municipal de Educação (Ouro Branco,

2020). Entretanto, no caso do município, era esperado apenas uma quinzena de “recesso”, que acabou se estendendo até agosto do ano seguinte de maneira híbrida (Ouro Branco, 2021).

Após a Portaria nº 617 - MEC, que autorizou a sua substituição do presencial por aulas remotas, o IFMG, a partir da Instrução Normativa nº 5, regularizou, de modo emergencial, as atividades não presenciais no Instituto (IFMG, 2020). O Ensino Remoto Emergencial (ERE) foi uma tentativa de minimizar as perdas educacionais no período pandêmico. Cabe mencionar que, no *campus*, o Grêmio Estudantil (2020) atuante, por meio de uma consulta, constatou que 58% do alunato se declarava contra o ensino remoto.

4. OBJETIVOS

4.1. Objetivos Gerais

- Identificar e analisar a aplicação de políticas extensionistas desenvolvidas no IFMG - *Campus* Ouro Branco, a fim de compreender suas contribuições para a instituição e a comunidade regional, a partir do entendimento do conceito de extensão já disposto.

4.2. Objetivos Específicos

- Discutir princípios jurídicos e filosóficos do IFMG, através da análise da legislação que rege o Instituto, e examinar os principais conceitos a serem estudados, a fim de compreender a base teórica daquilo que se espera avaliar, quando se trata da função social, pedagógica e política da Extensão.

- Desenvolver levantamentos documentais, reunindo resultados e produtos, divulgados pelos canais institucionais, de projetos de extensão (período de 2019 a 2022), no intuito de coletar dados que contribuam para se obter respostas à pergunta de pesquisa.

- Aplicar entrevistas com servidores que coordenaram projetos de extensão desenvolvidos no período mencionado para obtenção de informações relevantes ao projeto.

- Investigar a relação daquilo coletado, de modo a identificar tendências e o grau de concretização do tripé universitário, investigando o que se entende por desenvolvimento regional e integral, omnilateral e transdisciplinar.

5. METODOLOGIA DA EXECUÇÃO DO PROJETO

Esta pesquisa, de natureza qualitativa, busca entender a relevância, no IFMG e na região de Ouro Branco, da aplicação do tripé ‘Ensino, Pesquisa e Extensão’, no que se refere à práxis extensionista. Para obter este objetivo, tem-se a seguir o percurso metodológico adotado, datado no Apêndice A e no Apêndice B.

5.1. Revisão Bibliográfica E Levantamento Documental

Nos dois primeiros meses da pesquisa, realizou-se uma revisão bibliográfica que contou com fichamentos e resenhas dos textos lidos, utilizados no referencial teórico apresentado anteriormente. Em seguida, levantou-se os principais documentos que tratam do tema central da pesquisa, coletando dados documentais disponibilizados em domínio público. Para isso, contou-se não somente com a revisão inicial, que identificou lacunas, como a falta de material acerca da pandemia, período analisado pela pesquisa e somado à bibliografia, mas também conteúdo disposto pelo setor de Extensão.

Nessas últimas informações, adicionados ao referencial teórico, inclui-se a resolução do FORPROEX (2012), sugerida como base de pesquisa pelo coordenador de Extensão do *campus*. O setor de Extensão ainda forneceu dados acerca dos projetos realizados no *campus* entre 2020 e 2022, como coordenadores, nome do projeto e Edital de referência⁹. Foi possível, assim, identificar trinta e oito projetos: dez em 2020, dezessete em 2021 e onze em 2022. Cabe ressaltar que, em 2020, considerou-se apenas Edital N° 29/2019, já que outros editais eram de cursos de formação continuada¹⁰, não pertinentes à pesquisa.

A posteriori, a seleção para o convite à entrevista considerou o coordenador de projeto de extensão como um na contagem estatística, ainda que tenha realizado mais de um projeto ao longo dos anos mencionados, o mesmo valendo para trabalhos que se renovaram. No caso de projetos diferentes, mas com o mesmo coordenador, separamo-nos na contagem. No final, contam-se dezenove coordenadores e vinte e dezenove projetos no universo amostral.

⁹ Obtivemos, para isso, os Editais n° 29/2019, 04/2021, 23/2021, 08/2022 e 20/2022.

¹⁰ Estes sendo o Edital 11/2020 e o Edital 21/2020.

5.2. Levantamento De Dados Das Entrevistas

Nas entrevistas, a coleta de dados dividiu-se na gravação e em sua transcrição. No caso das transcrições, optou-se por um formato parcial, com trechos relevantes para a análise de dados. Aprovado pelo Conselho de Ética em Pesquisa (CEP), produziu-se um roteiro semiestruturado de entrevista presente no Tabela 1. O convite foi feito por *e-mail*, contendo informações como o tempo estimado e uma agenda para orientar os coordenadores sobre possíveis horários.

Tabela 1 - Roteiro semiestruturado de Entrevista

Pergunta	Termos ou expressões que se procura
Qual o nome do projeto em que você atuou?	Sem termo esperado.
Qual o propósito central deste projeto de extensão?	“Desenvolvimento regional”, “formação humana”, “formação profissional/tecnológica”, “ajuda social” e expressões afins.
Esses objetivos foram contemplados, total ou parcialmente, no seu ponto de vista? Por quê?	“Totalmente ou parcialmente”, “divulgação”, “investimento”, “compreensão”, “comunicação”, “recursos”, “materiais”, “sucesso” e expressões afins.
Qual foi a consequência das ações executadas na vida dos participantes?	“Desenvolvimento regional”, “formação humana”, “formação profissional/tecnológica”, “ajuda social” e expressões afins.
Os resultados atingidos são consequência direta dos seus propósitos?	Plenamente alcançados. Parcialmente alcançados. Não foram alcançados.
Para você, esses resultados demonstram uma contribuição dos projetos de extensão do IFMG Campus Ouro Branco para a sociedade? Como?	Sem termo esperado.
Quais as principais dificuldades encontradas para a condução do projeto?	“Divulgação”, “investimento”, “compreensão”, “comunicação”, “recursos”, “materiais”, “sucesso” e expressões afins.

Fonte: os autores (2024).

73,7% (14/19)¹¹ dos coordenadores de projeto foram entrevistados, estes listados em Tabela 2, superando a expectativa de 30%, conforme relação do Gráfico 1. As entrevistas tiveram atraso considerável, visto que, apesar de submetido ao CEP em junho de 2023, o projeto só recebeu aprovação final em janeiro de 2024, com as entrevistas realizadas logo em seguida.

¹¹ A amostra de 14 coordenadores foi estabelecida com base na disponibilidade dos convidados para realização da entrevista.

Quadro 2 - Projetos com coordenadores entrevistados

Projeto de Extensão	Editais Submetidos (de 2020 a 2022)
ConTEXTO: Oficina de leitura e produção de textos	Edital N° 29/2019, Edital N° 04/2021, Edital N° 23/2021 PIBEX e PIBEX JR
Disseminando Libras e Disseminando Libras - Área Saúde	Edital N° 29/2019 e Edital N° 04/2021
EcoPilhas	Edital N° 29/2019, Edital N° 04/2021, Edital N° 23/2021 PIBEX e PIBEX JR
Natureza Feminina: das folhas ao corpo	Edital N° 29/2019 e Edital N° 04/2021
ProgramaOB 1.0 e ProgramaOB 2.0	Edital N° 29/2019 e Edital Geral N° 03/2021
Escrita Acadêmica: Artigo Acadêmico, Memorial de Formação e Monografia	Edital Geral N° 03/2021
Clube de Leitores - Quatrocê	Edital N° 04/2021 e Edital N° 20/2022
Podcast Na Tomada	Edital N° 04/2021, Edital N° 23/2021 PIBEX e PIBEX JR
Por que não Metalurgia?	Edital N° 04/2021
Professor Digital	Edital N° 04/2021
Três R's: reduzir, reutilizar e reciclar – a educação ambiental na escola	Edital N° 04/2021 e Edital N° 23/2021 PIBEX e PIBEX JR
Projeto Bússola: a educação financeira na escola	Edital N° 23/2021 PIBEX e PIBEX JR
Projeto Integrar - Em busca da democratização do ensino superior	Edital N° 23/2021 PIBEX e PIBEX JR
Grupo de Relações Internacionais do IFMG	Edital N° 08/2022 Fluxo contínuo

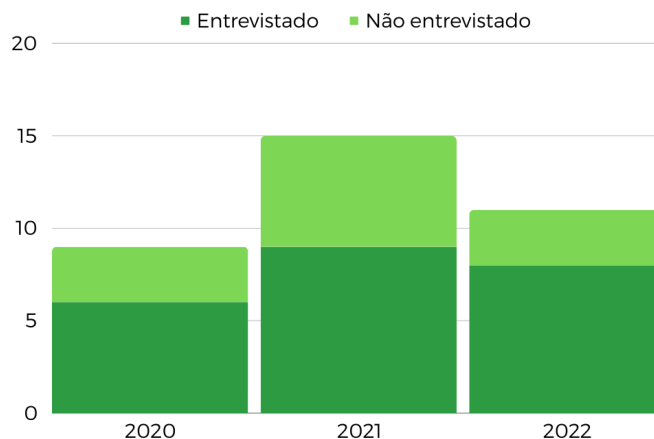
Fonte: os autores (2024).

Os coordenadores com disponibilidade e entrevistados tiveram suas entrevistas gravadas, como autorizado pelo CEP mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE, Apêndice C)¹², e as unidades de registro foram transcritas pelo *Transcrição Instantânea*¹³.

¹² Os TCLEs foram assinados pelos coordenadores e armazenados sob sigilo.

¹³ Aplicativo voltado à transcrição automática de áudios.

Gráfico 1 - Número de coordenadores de projeto entrevistados



Fonte: os autores (2024).

5.3. Análise dos Dados

A análise de dados conta com quatro etapas principais. A primeira delas, a pré-análise, se refere à preparação, com a escolha e a organização dos textos, em que se estabelecem os parâmetros procurados na análise, sendo estes as definições e as contribuições da Extensão, bem como os entraves que enfrenta. Na segunda fase, compreende-se a exploração do material, com as definições das unidades de registro, em áudios e textos transcritos. Nesse momento, o material bruto foi categorizado nos parâmetros supracitados.

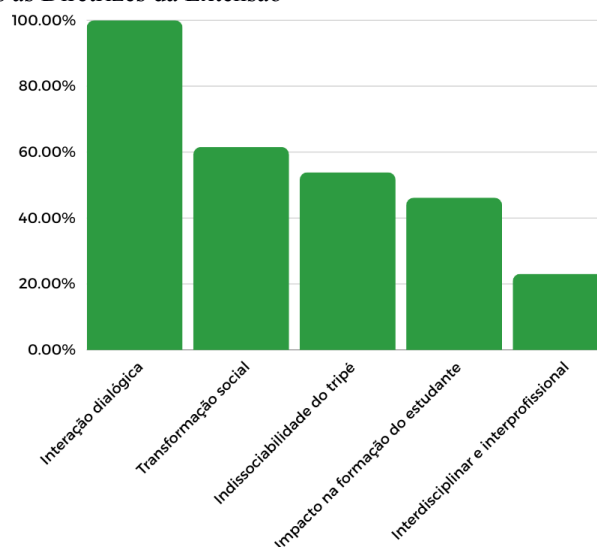
Em um terceiro instante, identificou-se os trechos das unidades que se destacaram com a frequência de termos e situações que expõe a realidade extensionista. Na última etapa, os resultados brutos permitiram a proposição de inferências e interpretações baseadas no quadro teórico, extraindo conclusões do todo. Assim, as entrevistas e a coleta (transcrição) dos dados, possibilitaram encontrar expressões que demonstram categorias gerais acerca de questões pertinentes ao trabalho (AMÁLIA, 2020), traçando paralelos sobre a realidade da Extensão no *campus*. As seções seguintes apresentam dados numéricos e citações que exemplificam as categorias destacadas, enxergadas a partir desta análise.

5.3.1. Propósito da Extensão

A primeira pergunta refere-se aos objetivos da Extensão, sob a qual utilizou-se como parâmetro Diretrizes da Extensão (FORPROEX, 2012): *Transformação Social*

(desenvolvimento, reconstrução da polis e autotransformação universitária), *Impacto na Formação Estudantil* (enriquecimento da experiência discente), *Interação Dialógica* (troca de saberes comunidade-instituição) e *Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão* (conexão com o Ensino e/ou a Pesquisa).

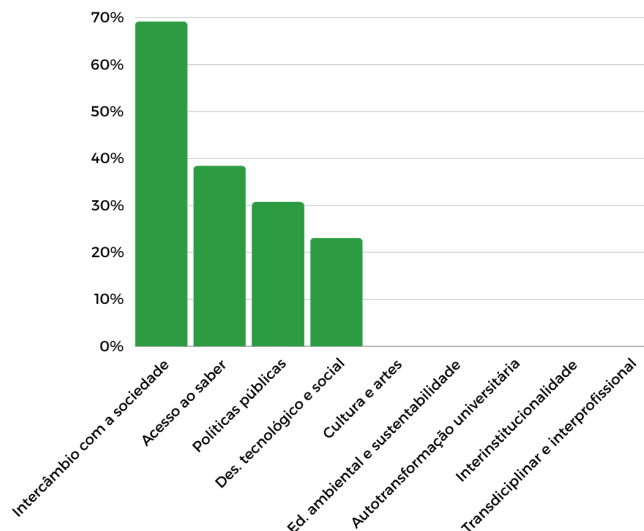
Gráfico 2 - Menções diretas às Diretrizes da Extensão



Fonte: os autores (2024).

Embora parte dos coordenadores não mencionem, conforme o Gráfico 2, direta ou indiretamente todas as Diretrizes em suas falas, é perceptível que seus projetos, quando analisados, abarcam essas diretrizes em diferentes medidas. Os coordenadores, no geral, associam a prática extensionista à mera troca de saberes — Interação Dialógica (100%). Esse desconhecimento é ainda mais claro ao se analisar o Gráfico 3, uma vez que diversos Objetivos da Extensão, também elencados pelo FORPROEX (2012), não são relacionados como parte integrante da Extensão.

Gráfico 3 - Objetivos da Extensão do FORPROEX referenciados pelos coordenadores



Fonte: os autores (2024).

Entretanto, é nítido que, mesmo sem menções à *Cultura e Artes* ou à *Educação Ambiental*, há projetos nesse âmbito em curso. A título de exemplificação, ressalta-se os projetos *EcoPilhas*, *Natureza Feminina* e *Três R's*, relacionados à matéria ambiental, demonstrando que muitos coordenadores cumprem parte dos princípios fundantes da Extensão não porque os vêem como tal, mas porque percebem a necessidade de se atuar sob essas bases, agindo além de suas próprias expectativas

Os projetos de Extensão são mais projetos de Ensino do que realmente de Extensão, porque estão voltados a atender mais o público interno do IFMG. (Coordenador 7, 2024)

5.3.2. Contribuições dos Projetos

Ao discorrer sobre as ações e a natureza do projeto, os coordenadores mostraram as diversas atividades realizadas por eles ao longo do período analisado. Os projetos do campus possuem uma gama de atuações. O *Natureza Feminina* articula saberes tradicionais de ervas ginecológicas naturais, aproximando o saber científico e o popular. O *Clube de Leitores 'Quatrocê'* buscava, na pandemia, estimular o hábito da leitura com encontros entre estudantes. Enquanto o *Projeto Integrar* se constituía como um curso popular que, a partir de aulas ministradas por alunos da UFSJ, objetivava facilitar o ingresso ao ensino superior.



No caso, para mim, a Extensão é entender que a universidade pode oferecer algo para além da nossa fronteira, atender a comunidade onde o IF está inserido. É você trabalhar com essas pessoas que não são alunos, com objetivo da comunidade participar daquilo que podemos oferecer. É mais que justo, porque isso é um bem público, todos tem que ter acesso. (Coordenador 4, 2024)

Enquanto mencionavam os objetivos da Extensão, ou mesmo descrevendo sua importância, diversos coordenadores citaram que sua maior contribuição seria prestar contas, ou dar retorno, do investimento público fornecido à universidade, ou seja, uma devolutiva.

Qual a recompensa [de se fazer Extensão]? Fazer alguém menos favorecido ter algum retorno. Se eu conseguir impactar um único aluno, eu sei que valeu a pena. Eu acho que isso é nossa retribuição, é isso que justifica eu ser servidor público: contribuir para a vida do outro é gratificante. (Coordenador 13, 2024)

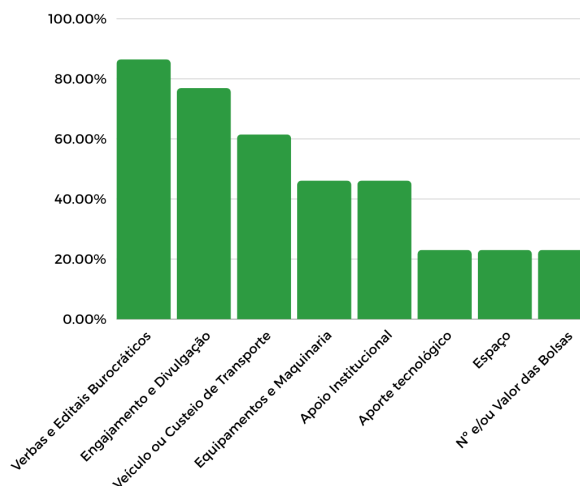
Para alguns coordenadores seria a Extensão aquilo que “sustenta a grandeza da nossa instituição” (Coordenador 6, 2024) e seria inviável tentar listar todas as suas contribuições, pois equivaleria a “tentar mensurar um desdobramento imensurável” (Coordenador 10, 2024).

5.3.3. OBSTÁCULOS ENCONTRADOS

Uma palavra traduz Extensão: amor. Você tem que querer fazer, porque as condições não são favoráveis. Ser extensionista está no sangue. O extensionista é aquele que está aí para lutar e fazer a coisa acontecer. (Coordenador 2, 2024)

A Extensão, explorada pelos coordenadores certa “paixão”, segue sua construção mesmo na presença de múltiplos desafios, o que não exclui a necessidade de diagnosticar e apontar esses entraves, elencados os recorrentes no Gráfico 4 pelos coordenadores.

Gráfico 4 - Obstáculos encontrados e enfrentados



Fonte: os autores (2024).

As *Verbas e Editais Burocráticos*, citadas por 84,6%, demonstram uma insatisfação relacionada, sobretudo, aos editais e às verbas variadas para diversos recursos, não se tratando somente das verbas para bolsistas, mencionadas por apenas 23,1%. Isso indica uma lacuna no custeio de outros recursos que, diferente das bolsas, não são cobertas pelos Editais. A questão dos Editais reflete diretamente outros obstáculos apontados, como *Veículo ou Custeio de Transporte* (61,5%) e *Equipamentos e Maquinaria* (46,2%).

O grande problema foi como se estruturou a Extensão, uma estrutura que existe só com bolsa de estudo. Elas são necessárias, mas não é assim, ainda mais se pegarmos o que é a Extensão de fato. Quando a gente precisa ir para além do *campus*: como faz só com bolsa de estudante? Como faz? Não faz, na verdade. (Coordenador 7, 2024)

Eu já sabia que teria trabalho para além da escola. Acabei de sair para comprar um produto para um projeto. No final das contas, você tem um custo, um gasto. É muito bonito falar “projeto de Extensão”, mas na hora de chegar junto e dar um apoio é diferente. Eu tenho muitos projetos de Extensão na cabeça, mas eu vou pagar para trabalhar, vou ter que comprar material e equipamento. A Extensão tem que ter o mínimo de recurso ou ela não vai funcionar. A dificuldade está no recurso, já que o recurso é só para o aluno bolsista. Se você for fazer alguma coisa, vai tirar dinheiro do seu bolso, não dá. Se quer fazer Extensão, vamos fazer direito. (Coordenador 4, 2024)

A situação dos Editais abre margem para outro déficit, o Apoio Institucional, insuficiente para 46,2% dos entrevistados. Esse quadro decorreria de uma desatenção ao setor

extensionista, dado a falta de “valorização do que é a extensão, o que também acontece com a pesquisa” (Coordenador 1, 2024).

É a falácia do tripé ensino-pesquisa-extensão que é propalada, porque se fala dele o tempo todo e é um investimento financeiro alto para bolsistas e outras aquisições em Editais, mas se resume a isso. Quando de fato a gente precisa que a instituição abrace a Extensão e diga “isso é um projeto institucional, não de determinado professor” [isso não ocorre]. O maior problema que a Extensão enfrenta é a instituição — não o *campus*, mas o próprio IFMG — não assumir uma frente que faça cumprir e que solidifique o tripé ensino-pesquisa-extensão. (Coordenador 1, 2024)

Você vai perdendo o entusiasmo e a vontade. Em relação à Extensão, propriamente dita, vejo o IF totalmente diferente. “Ensino-pesquisa-extensão”. Vejo o pessoal falando com a boca boa, mas na hora que você vai fazer mesmo está muito aquém. É como se fosse uma maquiagem pra falar que tem, que existe e que fez. Hoje vejo o IFMG com outros olhos, é fazer o mínimo. A prioridade não é ensino, pesquisa e extensão. Bota isso, faz publicidade disso, mas quando você de fato quer fazer, desanima. Falta tudo. (Coordenador 4, 2024)

Relacionado ao Apoio Institucional, há ainda o *Espaço* (23,1%), incluindo o virtual, sob o qual parte dos projetos não entende ter recebido do instituto o *Apoio Tecnológico* (23,1%). Para o Coordenador 1 (2024), um dos principais problemas enfrentados pelo seu projeto seria a hospedagem de um site pela plataforma institucional, ou recurso disponível para tal, o que possibilitaria o atendimento remoto do seu projeto para todo o território nacional.

Eu venho conversado com os projetos também e tenho visto uma necessidade de custeio além da bolsa para os projetos. [...] Eu acho que até isso, um site para um projeto por exemplo, passa por uma política extensionista do IFMG. A gente ter onde hospedar um site dentro do IFMG, um site institucional para o projeto. Isso é uma política extensionista. (Coordenador 12, 2024)

Além disso, nota-se que alguns projetos, por melhor divulgados, ainda não atraíam o público, possuindo muitos candidatos ou inscritos e, em última análise, mas com pouca participação real. Por fim, outra dificuldade em destaque é o *Transporte* (61,5%), sobretudo porque a instituição não fornece veículos ou o custeio de passagens para transporte, nem mesmo para viagens *intercampi*.

Entrar naquilo que a gente falou: é recurso. Usar uma caminhonete do *campus* para ir a uma escola pública. A gente já pode usar a caminhonete do *campus* para ir a

alguns lugares, mas aí foi com recurso que nos permitiu ir até lá. Se não, eu ia com meu carro e teria que usar meu carro para ir lá, mas conseguimos a caminhonete. Então a gente esbarra nesse recurso também. Quando você faz uma visita dessas tem um custo para o estudante, um lanche ou uma viagem, e temos que ter todo esse recurso à disposição. (Coordenador 12, 2024)

5.3.3.1. *Período pandêmico*

Outro entrave encontrado foi *Engajamento e Divulgação* (76,9%), principalmente aqueles projetos que enfrentaram a pandemia da Covid-19. Parte dos coordenadores atribui esse estado de desânimo generalizado como um dos vários efeitos psicológicos do isolamento prolongado, que atingiram projetos durante a pandemia e após seu fim. Para Coordenador 11 (2024), seu projeto, construído antes da pandemia, teve que ser interrompido, justamente, pela desarticulação na comunicação entre os voluntários extensionistas, os discentes que são a “alma do Instituto” e da Extensão. Após o retorno à atividade presencial, ainda assim, coordenadores manifestaram sua preocupação com o enorme déficit educacional e emocional dos discentes, que retardou a volta da prática extensionista àquele padrão anterior à pandemia.

Com o processo de seleção que eu fiz na volta da pandemia eu percebi ali um vacilo muito grande meu. Tive que renovar a equipe toda [de bolsistas e voluntários] e veio uma equipe do pós-pandemia. Chegamos eu, totalmente descalibrado, tanto que pude perceber isso nos projetos. E uma nova equipe também sem entrosamento nenhum. Foi um período difícil da gente readaptar o projeto, porque era um grupo muito entrosado. A gente sai de uma experiência de muito entrosamento para uma experiência onde a gente teve que formar uma nova equipe. Acho que foi tanto a pandemia em si, esse afastamento, quanto o novo perfil discente após a pandemia. (Coordenador 12, 2024)

Apesar da pandemia ter afetado a interação entre os estudantes, causando enorme desengajamento dos alunos, parte dos projetos conseguiu encontrar maneiras de superar esse obstáculo, sobretudo aqueles criados dentro do contexto pandêmico, ou seja, já adaptados à situação do momento. Alguns projetos, também, aproveitaram o período para burlar desafios como o déficit de *Veículo ou Custeio de Transporte* (61,5%) ou o aprofundamento no uso de tecnologias, apesar da falta de *Apoio Tecnológico* (23,1%).

O primeiro projeto que tocamos durante a pandemia foi a respeito daquilo que poderia acontecer mesmo à distância, nos encontros remotos. Quando a gente se reuniu ele criou uma dimensão muito maior do que havia sido pensado inicialmente [...], tivemos participação, inclusive, de pessoas que não conhecemos



presencialmente. A maioria eram pessoas da sala de aula, do *campus*, ou conhecidos próximos, mas como divulgamos no Instagram e no *Sympla*, tivemos gente de fora. (Coordenador 5, 2024)

A partir da experiência de outros projetos *online*, tivemos a condição de propor o nosso online. Tivemos palestra do evento muito interessante, ao vivo no *Youtube* do IF. Conseguimos trazer, como estávamos *online*, ex-alunos que provavelmente não estariam no presencial por questão de deslocamento. Foi uma interação muito legal, a gente soube aproveitar o momento do distanciamento para tirar vantagens na tela. (Coordenador 6, 2024)

5.3.4. SOLUÇÕES APRESENTADAS

No mais tardar das entrevistas, perguntados suas considerações finais daquilo que gostariam de acrescentar à pesquisa, alguns coordenadores apresentaram propostas para solucionar, ou amenizar, as dificuldades enfrentadas na prática extensionistas, listadas a seguir:

- Acompanhamento e diagnósticos dos projetos pelo setor responsável.
- Criação de fóruns de discussão e Grupos de Trabalho (GTs) intercoordenadores.
- Integração para desenvolvimento de ações entre projetos.
- Alinhamento entre docentes e técnicos administrativos (TAEs).
- Aplicação de formulários de mapeamento dos projetos de Extensão.

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A primeira coisa que tem que ser dita é a importância desse projeto, de levantar o que a gente tem de fato acontecendo no *campus* como estão acontecendo. A teoria é muito diferente da prática. O projeto pode estar escrito no papel, mas não estar sendo desenvolvido da forma adequada. Esse trabalho é o início de uma política extensionista; [...] ele vem trazer e discutir o estado da arte da Extensão aqui no *campus*. (Coordenador 12, 2024)

A partir da extração dos dados coletados, é importante discuti-los, analisando o indicado por esses resultados em diálogo com o debate teórico anteriormente promovido, buscando compreender o reflexo dos resultados para os autores em destaque, e ao mesmo tempo, relacionar tais dados com os objetivos específicos listados.

6.1. Preceitos Extensionistas E Institucionais

Dentre os resultados apontados, nota-se que o *Acesso ao Saber* e a *Interação Dialógica* não parecem relacionados nos Gráficos 3 e 4. O *Acesso ao Saber*, que se sobressai nessa conta, pode indicar que a transmissão de conhecimento acaba por se dar em uma via de mão única. Dois coordenadores chegaram a conclusões semelhantes sobre essa carência dialógica.

Esse [meu] projeto promove uma emancipação enorme dos estudantes que atuaram com a gente, o que percebemos de forma gritante. Todo trabalho foi feito com, para e por estudantes, buscamos torná-los protagonistas. Um dos nossos alunos tem um relato emocionante. Ele não se sentia pertencente à Instituição, porque ele era um aluno pobre que vem de uma escola pública. Foi somente com o projeto que ele começou a se sentir pertencente a esse lugar e como esses projetos o inseriram na vida acadêmica, que o transformaram em um exemplo para a educação profissional e tecnológica. Isso me faz pensar em como a gente tem o papel de trazer essas pessoas. A gente vai às escolas, mas eles não veem o Instituto Federal como um lugar acessível, precisamos pensar em modos de transformar a realidade. (Coordenador 1, 2024)

Temos que avançar muito em termos de cultura extensionista. A gente pode criar eventos extensionistas e às vezes a visão do servidor é “vou trazer um palestrante externo, então já é Extensão”, porque trouxe alguém da comunidade externa. Essa ideia é determinante, “se tem alguém de fora já consideram extensionista”, mas a Extensão é muito mais do que isso. Não basta trazer um palestrante, tem que haver realmente uma troca de saberes, um desenvolvimento de caráter extensionista no estudante, para que ele saia e siga a carreira, saia como um ator extensionista realmente, que chegue na universidade. Fugir da prática só interna. (Coordenador 12, 2024)

Para Machado (2013, p. 2), assim como constatado pelos coordenadores, a Extensão busca, em dialógico, a mudança social, integrando a universidade e a sociedade em uma via de mão dupla. Isso significa que a prática extensionista deve não somente divulgar o conhecimento científico produzido na instituição, mas também valorizar os saberes da comunidade, já que o diálogo é “falar e ouvir, [...] é um processo endogâmico, mas que ocorre de forma apenas interna” (Coordenador 11, 2024). A diferença estatística demonstra um “isolacionismo” da universidade, que converte a interação dialógica em um “monólogo”, o que pode levar, para Coordenador 1 (2024), a uma visão de uma universidade inacessível ou exclusiva a poucos.

A assertividade da Extensão é fundamental para se efetivar o papel do *campus* de produzir um meio social mais justo e democrático (Pacheco, 2010, p. 10). Assim, enquanto os

resultados apontam que a atividade extensionista cumpre em 53,9% os objetivos de *Interinstitucionalidade e políticas públicas*, o papel institucional comprometido em incluir e intervir na sua região (Pacheco, 2010), acaba por não se concretizar. Os múltiplos impedimentos que prejudicam essa comunicação, seja *Transporte ou Apoio Institucional*, tornam a Extensão mera “falácia” (Coordenador 1, 2024) ou “maquiagem” (Coordenador 4, 2024).

Esse monólogo, além de se opor aos fundamentos básicos da Extensão, também quebra princípios ornados na própria criação da Rede Federal de Educação, uma vez que o ensino profissional oferecido pelo IF se vende como um instrumento de superação da desigualdade social, conforme Oliveira et. al. (2020, p. 61), o que é impossível de ocorrer sem uma prática extensionista verdadeiramente dialógica. O depoimento, tanto do Coordenador 1 quanto do Coordenador 12, expõe a necessidade de desprender a Instituição desse diálogo interno, sob pena de permitir continuar a percepção fechada de Extensão. Apesar das inúmeras contribuições, há muitos desafios a se superar para concretizar o desenvolvimento regional em Ouro Branco por meio do tripé universitário.

6.2. Educação Interventora e Omnilateral

O carácter inovador dos Institutos Federais, a articulação do ensino básico com o profissionalizante instituída na LDB de 1961 (Pacheco, 2010), possuía como marca a educação dialógica e integrada entre artes, trabalho, ciência e tecnologia (Oliveira et. al., 2020, p. 38). Contudo, como se pode notar pelo entendimento de Extensão visto pelos coordenadores, em Gráfico 3, é nítido que os projetos extensionistas, no plano material, não levam em consideração a omnilateralidade e a transdisciplinaridade da educação, sobretudo no campo cultural, socioambiental e artístico.

O Instituto tem função, consoante com a Lei nº 11.892, de induzir o desenvolvimento local assumindo um compromisso interventor e inclusivo em sua região de atuação (Pacheco, 2010), o que cumpre a própria definição de Freire (1996, p. 110) sobre educação. Entretanto, uma vez que nenhum coordenador elencou o papel de política pública à Extensão e este, em Gráfico 4, só se aplica a uma parcela substancial (53,9%) dos projetos, torna-se incerto que o *campus* faça valer sua própria base fundante, legal e pedagogicamente, nem, tampouco,

retribua a totalidade do investimento público na Educação. Esse cenário se amplifica com a articulação desses projetos com outras instituições (53,9%), contemplada por metade deles.

Além disso, entendendo que a Extensão é a base fundamental da Educação para Freire (1996), por ser o eixo do tripé mais voltado à qualidade interventiva do ensino, é necessário que ela abranja todos os aspectos listados por Oliveira (2019) e Pacheco (2010), como no âmbito da *Cultura e Artes* (23,1%) e *Educação Ambiental e Sustentabilidade* (38,5%), que não são nem aplicadas nem vistas, comumente, como parte da Extensão. O inegável perfil extensionista dos servidores do *campus*, ainda que espelhe uma enorme dimensão à Extensão, seja pela qualificação profissional ou pela experiência extensionista ampla dos coordenadores, não carece a instituição de aprimorar o diálogo com a comunidade ou de fornecer a esses profissionais as ferramentas e recursos necessários para concretizar todos os objetivos e diretrizes da Extensão.

A competência técnico-científica dos servidores garantiu orientadores dispostos a prosseguir coordenando a Extensão, apesar dos desafios enumerados no relatório. Essas limitações permitiram grande aproveitamento da Extensão, sobretudo no *campus*, afinal, os projetos costumam “atender mais o público interno” (Coordenador 7, 2024). Investir em uma Extensão *intercampi*, interinstitucional e, principalmente, integrada à comunidade externa é promover retorno para uma atividade que beneficia o próprio *campus* e que só alcançará verdadeiro potencial de transformação do Instituto e de repercussão externa quando dispuser dos recursos para se consolidar como política de intervenção.

CONCLUSÕES

Conclui-se, portanto, a essencialidade da experiência extensionista para uma educação verdadeiramente integral, libertadora e emancipadora. Nota-se, no campus Ouro Branco, o grau de concretização diverso das práticas extensionistas, sobretudo na aplicação dessas políticas, na medida em que múltiplas diretrizes e objetivos da Extensão, previstos e desenvolvidos no arcabouço teórico discutido neste trabalho, são contemplados nos projetos analisados. É importante destacar, a partir de documentos enviados pelo Setor de Extensão de Ouro Branco e das entrevistas com coordenadores extensionistas, o perfil dos profissionais do *campus*, constatando o número de projetos anuais e o conhecimento desses servidores sobre o

papel da própria Extensão, que cumprem com os princípios extensionistas para além do que concebem enquanto seus objetivos, mesmo diante dos mais diversos desafios.

As tendências obtidas possibilitam um breve diagnóstico do processo extensionista e, assim, enriquecem o planejamento de novas práticas da mesma natureza, com base na identificação de desafios enfrentados pelos coordenadores e de objetivos da Extensão não abarcadas por parte considerável dos projetos. Pôde-se destrinchar, qualitativamente, não somente as contribuições da política extensionista para a autotransformação do campus e de alunos e servidores que o integram, mas também para a comunidade regional. Entretanto, como elencado pelos coordenadores, há muito o que se desenvolver em relação à política de extensão enquanto política pública, que vise contribuir com a sociedade, já que muitas vezes pela falta de recursos ou de apoio institucional, a Extensão torna-se procedimento interno que, embora também muito valioso, impossibilita o diálogo e a relação de contribuição mútua instituto-sociedade que tanto enobrece a causa extensionista.

O relatório deste trabalho de pesquisa busca servir de base para novas políticas institucionais promovidas pelo Setor de Extensão de quaisquer campi que encarem condições similares àquelas do campus Ouro Branco, para fortalecê-la interna e externamente, seja por propostas inovadoras na área ou seja pelas possíveis soluções apresentadas pelos coordenadores entrevistados. Extensão, como um dos pilares do tripé universitário, é uma das marcas e das visões de mundo que fundamentam a Rede Federal, buscando, através da ciência e da tecnologia, não se restringir às salas, e sim intervir na realidade externa, formando a criticidade de seus discentes extensionistas; é uma das razões de ser do Instituto Federal

REFERÊNCIAS

AMÁLIA, Maria. **Análise de conteúdo da Bardin - Pesquisa na Prática**. Acadêmica. Aula realizada em 21 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ik0vfQZe0oo>. Acesso em: 31 maio 2023.

ARANTES, Ana Kelly. **Módulo I - A Educação Profissional E Seu Compromisso Com A Transformação**. Escola de Formação Perspectiva Crítica. Palestra realizada em 1º de março de 2023. Disponível em: [youtube.com/watch?v=tXGqUrZ5HrY](https://www.youtube.com/watch?v=tXGqUrZ5HrY). Acesso em: 31 maio 2023.

BIANCHINI, Valter. Estratégias para o desenvolvimento rural. In: **O Brasil Rural precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento**. Núcleo de Estudos Agrários e de Desenvolvimento. Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001, p. 71-108.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 29 maio 2023.

_____. Lei de Diretrizes e Bases de 1961, de 22 de setembro de 2016. **Diário Oficial da União (DOU)**. Brasília, DF: Câmara dos deputados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 28 maio 2023.

_____. Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978. Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. **DOU**. Brasília, DF: Planalto. Disponível em: planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6545.htm. Acesso em: 3 jun. 2023.

_____. Lei nº 11.892, de 22 de setembro de 2016. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **DOU**. Brasília, DF: Planalto. Disponível em: planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acesso em: 28 maio 2023.

_____. Ministério da Educação. Dispõe sobre as aulas nos cursos de educação profissional técnica de nível médio nas instituições do sistema federal de ensino, enquanto durar a situação da pandemia do novo coronavírus - Covid-19. MEC Nº 617. **Portaria MEC Nº 617**, Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, v. Especial Coronavírus, p. 1, 4 ago. 2020. Disponível em: abmes.org.br/legislacoes/detalhe/3265/portaria-mec-n-617-2020. Acesso em: 16 nov. 2023.

_____. Conselho Nacional da Educação. **Parecer CNE/CEB nº 5/2011**. Disponível em: portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8016-pceb005-11&category_slug=maio-2011-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 7 jun. 2021.

_____. Ministério da Saúde. **Coronavírus**. Brasília, DF: [S. I], 2020. Disponível em: gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus/. Acesso em: 29 maio 2023.



FERREIRA JR., Amarílio; BITTAR, Marisa. A educação na perspectiva marxista: uma abordagem baseada em Marx e Gramsci. **Interface - Comunic., Saúde, Educ.**, v. 12, n. 26, p. 635-46, set. 2008.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS (FORPROEX). **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus (AM): [S.L.], 2012. Disponível em: ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf. Acesso em: 1 dez. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa, ed. 16. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1996.

GRÊMIO A RESISTÊNCIA. **Nota pública**: ensino remoto emergencial no IFMG. Instagram: @gremioaresistencia. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CCbghGjB8GE/>. Acesso em: 21 nov. 2023.

HELPEES, Sintia Soares. **Módulo I - A extensão no IFMG campus Conselheiro Lafaiete**. Escola de Formação Perspectiva Crítica. Palestra realizada em 13 de março de 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=R2JGJDUKUm4>. Acesso em: 2 jun. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS. **IFMG suspende aulas por tempo indeterminado e autoriza trabalho remoto**. IFMG, Piumhi, p. 1, 18 mar. 2020. Disponível em: ifmg.edu.br/piumhi/noticias/ifmg-suspende-aulas-por-tempo-indeterminado-e-autoriza-trabalho-remoto. Acesso em: 24 nov. 2023.

_____. Instrução Normativa elaborada pelas Pró-Reitorias de Ensino, Extensão e Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação, estabelecendo, complementando e alterando a Instrução Normativa (IN) conjunta IFMG nº 02/2020, diretrizes para oferta de Ensino Remoto Emergencial no âmbito do IFMG. 19/06/2020. **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5 DE 18 DE JUNHO DE 2020**, Belo Horizonte, p. SEI/IFMG - 0582220, 17 mar. 2020. Disponível em: ifmg.edu.br/portal/ensino/copy3_of_IN05.pdf. Acesso em: 14 nov. 2023.

_____. Resolução nº 26, de 26 de agosto de 2019. Dispõe sobre a aprovação do Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (PDI-IFMG), período de 2019 a 2023. **Resolução nº 26 do CONSUP**, [S. l.], p. 1-317, 2019. Disponível em: ifmg.edu.br/portal/pdi/PDI20192023Versoatualizada.pdf. Acesso em: 29 maio 2023.

MACHADO, Verônica Moreno. Algumas reflexões sobre as concepções de extensão universitária. **Revista Científica Semana Acadêmica**. Fortaleza, nº.000035, 2013. Disponível em: <http://abre.ai/aJM2>. Acesso em: 2 jun. 2023.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1989. [S. l.]. Textos sobre educação e ensino. 4. ed. São Paulo: Centauro, 2004.

MORETTI, Isabella. **Pesquisa Quali-Quantitativa: o que é, como fazer e exemplos**. Regras Para TCC, 30 jul. 2020. Disponível em: regrasparatcc.com.br/primeiros-passos/pesquisa-quali-quantitativa/. Acesso em: 1 jun. 2023.

OLIVEIRA, Adilson Ribeiro de. **História e fundamentos sociofilosóficos da Educação Profissional no Brasil**. Apostila Pós-Graduação em Docência – Ênfase Educação Profissional. Arcos (MG): IFMG – Campus Arcos, 2019.

_____; XAVIER, Gláucia do Carmo; SILVA, José Fernandes da; OLIVEIRA, Shirlene Bemfica de. **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil: da história à teoria, da teoria à práxis**. 24. ed. Curitiba: [s. n.], 2020. v. 1. ISBN 978-65-251-0120-0.

PACHECO, Eliezer Moreira. Os institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica. **Ministério da Educação**, p. 1-28, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/sinstitutos.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2023.

_____. **Os institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Natal: IFRN, 2010. 28 p. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1013?show=full>. Acesso em: 2 jun. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL (Ouro Branco). **Prefeitura de Ouro Branco emite Nota Suspendendo as aulas em todo o Sistema Municipal de Educação**. Sistema Municipal de Educação, Ouro Branco, p. 1, 17 mar. 2020. Disponível em: ourobranco.mn.gov.br/post/1094/prefeitura-de-ouro-branco-emite-nota-suspendendo-as-aulas-e-m-todo-o-sistema-municipal-de-educacao-. Acesso em: 14 nov. 2023.

_____. **Ouro Branco Volta às Aulas com protocolos sanitários rígidos, sistema híbrido e facultativo**. Secretaria de Educação, Ouro Branco, p. 1, 18 ago. 2021. Disponível em: www.ourobranco.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/ouro-branco-volta-as-aulas-com-protocolos-sanitarios-rigidos-sistema-hibrido-e-facultativo/132109. Acesso em: 24 nov. 2023.

RAMOS, Marise Nogueira. A educação pós-pandemia: ‘Temos capacidade e condições de interpretar o novo contexto e reconstruir a relação com a educação!’. **Fundação Oswaldo Cruz**, 14 abril 2021. Disponível em: cee.fiocruz.br/?q=educacao-pos-pandemia-por-Marise-Ramos. Acesso em 26 jun. 2021.

_____. **História e política da Educação Profissional**. Curitiba: IFPR, 2014.

_____. Ensino Médio Integrado: Lutas históricas e resistências em tempos de regressão. *In*: ARAÚJO, Adilson; SILVA, Cláudio (orgs). **Ensino Médio Integrado no Brasil: fundamentos, práticas e desafios**. Brasília: Ed. IFB, 2017. p.20-43.

SILVA, Gabriele. Ensino, pesquisa e extensão: o que são e como funcionam?. **Educa Mais Brasil**, 19 nov. 2018. Disponível em:



<https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/noticias/ensino-pesquisa-e-extensao-o-que-sao-e-como-funcionam>. Acesso em: 28 maio 2023.

SILVA, Grazielle Nayara Felício. **O cotidiano dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia na perspectiva da articulação entre ensino, pesquisa e extensão: uma análise do(s) seu(s) sentido(s) político(s) a partir dos IFs da região de Campinas**. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2021.

SILVA, Vandéi Pinto da. Educação e escola no marxismo. *In*. MENDONÇA, Sueli Guadalupe de Lima, SILVA, Vandéi Pinto da, MILLER, Stela. **Marx, Gramsci e Vigotski: aproximações**. Araraquara: Cultura Acadêmica e Junqueira & Marin, 2009.



APÊNDICES

APÊNDICE A - Cronograma de Pesquisa.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS
GERAIS**

Campus Ouro Branco

Rua Afonso Sardinha, número 90 – Bairro Minas Talco –
CEP 36492-301 – Ouro Branco - MG
(31)3938-1200

www.ifmg.edu.br

CRONOGRAMA

Para fins de planejamento, o projeto intitulado “A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS E PRÁTICAS DE EXTENSÃO NO INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS CAMPUS OURO BRANCO” apresenta uma proposta de cronograma que poderá sofrer adaptações. De modo que, as entrevistas só serão desenvolvidas após aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética.

PERÍODOS	2023				2024
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN
Revisão Bibliográfica	X	X	X	X	X
Coleta dos dados (documentos e entrevistas)*		X			
Organização dos dados coletados		X	X		
Categorização, análise, e discussão dos Dados			X	X	X
Levantamento dos resultados				X	X
Redação e Correção Final					X
Entrega do relatório final					X

APÊNDICE B - Percurso de Metas.

Descrição da Meta

Processo teórico da pesquisa: revisão bibliográfica e levantamento de documentos.

Atividades

Ações	Ordem	Planejado			Executado			
		Descrição	Período	Resultados Esperados	Ação	Resultados Esperados	Observação	Período
-	1	Revisão Bibliográfica Obs: Os membros do projeto executaram essa fase do trabalho. Responsável: Leticia da Silva Bastos	De 01/09/2023 até 29/09/2023	Fichamentos e resenhas dos textos lidos.	Aguardando avaliação	Atendido	Os membros do projeto executaram essa fase do trabalho.	De 01/09/2023 até 29/09/2023
-	2	Levantamento dos principais documentos que tratam do tema central da pesquisa. Obs: Os membros do projeto executaram essa fase do trabalho. Responsável: Leticia da Silva Bastos	De 16/09/2023 até 16/10/2023	Coletas de dados documentais.	Aguardando avaliação	Atendido	Os membros do projeto executaram essa fase do trabalho.	De 16/09/2023 até 16/10/2023

Descrição da Meta

Levantamento de dados: entrevistas.

Atividades

Ações	Ordem	Planejado			Executado			
		Descrição	Período	Resultados Esperados	Ação	Resultados Esperados	Observação	Período
-	1	Planejamento do roteiro das entrevistas e convite aos participantes. Obs: Foi executada toda a organização das entrevistas. Responsável: Leticia da Silva Bastos	De 17/10/2023 até 16/11/2023	Executar toda a organização prévia às entrevistas.	Aguardando avaliação	Atendido	Foi executada toda a organização das entrevistas.	De 17/10/2023 até 16/11/2023
-	2	Executar as entrevistas. Obs: Ainda não foi concluído o levantamento dos dados, pois estamos aguardando o comitê de ética avaliar a metodologia. Responsável: Leticia da Silva Bastos	De 01/11/2023 até 01/12/2023	Concluir o levantamento de dados.	Aguardando avaliação	Atendido Parcialmente	Ainda não foi concluído o levantamento dos dados, pois estamos aguardando o comitê de ética avaliar a metodologia.	De 01/11/2023 até 01/12/2023

Descrição da Meta

Análise dos dados e constituição do relatório final

Atividades

Ações	Ordem	Planejado			Executado				
		Descrição	Período	Resultados Esperados	Ação	Resultados Esperados	Observação	Período	Comprovante
	1	Análise dos dados coletados. Obs: Ainda não foi possível executar as entrevistas em função da necessidade de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa. Responsável: Leticia da Silva Bastos	De 28/11/2023 até 28/12/2023	Concluir a análise dos dados.	Editar Execução	Atendido Parcialmente	Ainda não foi possível executar as entrevistas em função da necessidade de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa.	De 28/11/2023 até 28/12/2023	-
	2	Elaborar o relatório final. Obs: Houve necessidade de ampliação do prazo para cumprimento desta meta. O Relatório apresentado não consta a conclusão da análise dos dados porque as entrevistas foram executadas em janeiro, após aprovação do comitê de ética em pesquisa. Para elaboração do relatório final foi solicitado que sua entrega fosse feita no mês de maio. Responsável: Leticia da Silva Bastos	De 29/12/2023 até 28/01/2024	Concluir a pesquisa com a escrita do relatório final.	Editar Execução	Atendido	Houve necessidade de ampliação do prazo para cumprimento desta meta. O Relatório apresentado não consta a conclusão da análise dos dados porque as entrevistas foram executadas em janeiro, após aprovação do comitê de ética em pesquisa. Para elaboração do relatório final foi solicitado que sua entrega fosse feita no mês de maio.	De 29/12/2023 até 28/01/2024	-



APÊNDICE C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado (a) como voluntário(a) a participar da pesquisa: A importância das políticas e práticas de Extensão no Instituto Federal de Minas Gerais. Essa pesquisa se justifica porque o diálogo a respeito de experiências extensionistas pode ser bastante enriquecedor para o planejamento de novas práticas da mesma natureza, de modo a trazer benefícios à comunidade escolar envolvida.

O objetivo geral desse projeto é compreender os impactos das ações extensivas do *campus* Ouro Branco e qual a visão dos integrantes desses projetos sobre o papel da Extensão para a comunidade e o Instituto.

O procedimento de coleta de dados será: uma entrevista fundamentada em uma série de perguntas sobre os projetos de extensão que o entrevistado já participou e quais as contribuições desse projeto na visão do entrevistado. Na entrevista, será gravada somente a voz e serão realizadas anotações daquilo que for falado, mas nada será divulgado ou utilizado em outros projetos e o anonimato da resposta estará garantido. Se for da vontade do participante, toda transcrição será, previamente, enviada ao entrevistado para que possa conferir sua fidedignidade antes que o material seja utilizado. Espera-se uma duração aproximada de trinta (30) minutos para a entrevista.

FORMA DE ACOMPANHAMENTO E ASSISTÊNCIA E BENEFÍCIOS: Ao participar da entrevista, você poderá se sentir desconfortável com algumas questões, se isso acontecer, você poderá parar a resposta, não responder à questão ou desistir da participação, sem qualquer penalidade. Durante e após o encerramento da entrevista, serão disponibilizados ao participante total acompanhamento dos dados coletados e qualquer tipo de assistência que se fizer necessário.

ARMAZENAMENTO DE DADOS: As entrevistas serão transcritas e armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso às mesmas os pesquisadores envolvidos e o assistente de pesquisa. Os registros de voz do participante não serão utilizados em nenhum produto da pesquisa, bem como, em outras pesquisas. Esses dados serão mantidos em arquivo por menos 5 anos e, após este prazo, serão descartados.

GARANTIA DE ESCLARECIMENTO, LIBERDADE DE RECUSA E GARANTIA DE SIGILO: Você será esclarecido (a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa ou desistência em participar não acarretará qualquer penalidade ou perda de benefícios. Os membros da pesquisa irão tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Seu nome ou algum material que possa revelar sua identidade não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Uma via deste consentimento será arquivada com os pesquisadores e outra será fornecida a você.

CUSTOS DA PARTICIPAÇÃO, RESSARCIMENTO E INDENIZAÇÃO POR EVENTUAIS DANOS: A participação no estudo não acarretará custos para você e não será disponível nenhuma compensação financeira adicional. Se houver algum dano, decorrente da pesquisa, você terá direito a buscar indenização, por meio das vias judiciais.

Eu, _____ fui informada (o) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei receber ou solicitar novas informações. A coordenadora da pesquisa Leticia da Silva Bastos certifica-me de que todos os dados desta pesquisa serão confidenciais. Também sei que caso existam gastos adicionais, estes serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa. Em caso de dúvidas, exclusivamente relativas ao projeto, poderei chamar Leticia da Silva Bastos, citada acima, nos contatos: leticia.bastos@ifmg.edu.br; telefone (31) 2137-5700 ; Rua Afonso Sardinha, 90 – Bairro Minas Talco – CEP 36492-301 – Ouro Branco/MG . Ou o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) no e-mail cepe@ifmg.edu.br e telefone (31) 2513 5249; Rua Professor Mário Werneck, 2590 – Bairro Buritis – CEP: 30.575-180 – Belo Horizonte/MG.

Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma via deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Assinatura do participante: _____

Assinatura da coordenadora da pesquisa: _____

Ouro Branco, ____ de _____ de 20__.

Em caso de dúvida, incômodo, reclamação quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do IFMG. Esse comitê é formado por um grupo de pessoas que têm por objetivo defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e assim, contribuir para que sejam seguidos padrões éticos na realização de pesquisas